

## O ESPAÇO TEÓRICO-PRÁTICO DA GUERRA NA HISTÓRIA DE PORTUGAL

---

*Maria Helena Carvalho dos Santos*

### I

Como gosto de citar António Sérgio, vou fazê-lo mais uma vez, prevenindo, como ele fazia, que não vou dizer nada de novo, só que irei dizê-lo, talvez [o *talvez* é meu, por modéstia] de forma diferente.

Assim, recuperando Homero, poderíamos escrever que a Guerra de Tróia começou quando o príncipe troiano roubou e levou para a sua terra a bela Helena, esposa do rei Menelau, irmão de Agamémnon... Esta guerra iniciada por um “caso de amor” tem emocionado o mundo e virá a propósito nesta reflexão em que pretendemos colocar a questão teórico-prática da guerra em torno de uma outra problemática que será a situação das mulheres como reféns da diplomacia. Assim, estaremos perante as mulheres e a política, admitindo que a diplomacia é a hipótese da política que pode evitar a guerra.

Certamente por isso, pareceu-nos bem lembrar essa guerra dos grandes heróis que fica situada em torno de uma mulher<sup>1</sup>... Mas esta mesma guerra que tem viajado entre o teatro, a literatura e o cinema, deverá, no plano histórico, alterar a sua viagem mítica para nos colocar perante outras análises, recuperando especialmente a questão geo-estratégica e económica: Tróia dominava o estreito dos Dardanelos, que liga o Mediterrâneo com o Mar Negro, assim como dominava as costas da Ásia menor, permitindo-lhe a manutenção de um monopólio comercial de grandes proporções. Por seu lado, os micénios estavam a entrar na História passando de guerreiros a

---

<sup>1</sup> Ou talvez mesmo mais de uma mulher, se não esquecermos que Agamémnon roubou a cativa Briseida a Aquiles e que Tétis, mãe de Aquiles, intercede junto de Zeus que retira a vitória aos gregos...

comerciantes, dominando entrepostos comerciais entre Creta, Rodes, Chipre e a costa da Síria ou as regiões que hoje conhecemos como Túrquia, Israel e Egipto. Tróia era uma cunha impeditiva do desenvolvimento comercial micénico para oriente e foi, certamente por isso, vítima de uma guerra total. O que a arqueologia tem encontrado nessas regiões, como artefactos, os mais luxuosos, a partir dos séculos XIII ou XII AC, são vestígios micénicos. Para Tróia ficaram as descobertas de Schliemann, no século XIX, e as máscaras em ouro dos seus reis míticos.

Por isso, são ainda e mais uma vez os gregos que nos indicam a problemática. Heráclito escreve: *A guerra é a origem de todas as coisas e de todas ela é soberana. A uns a guerra apresenta-os como deuses, a outros, como homens; de uns ela faz escravos, de outros homens livres*<sup>2</sup>.

Mas o próprio filósofo nos deixou uma outra frase, que também repetimos com à vontade: *não nos podemos banhar duas vezes na mesma água do rio*, introduzindo, assim a ideia de movimento. Então, estamos desde já perante dois conceitos contraditórios, por um lado essa ideia de fluxo incessante das coisas da natureza e, por outro, a permanência de conceitos no que diz respeito às coisas dos humanos. Até que ponto estaremos condicionados, filosoficamente, por estas conclusões – distanciadas de nós dois milénios e meio?

Mantenhamo-nos na questão da guerra: será que deveremos aceitar essa perpetuidade da condição humana, que levou outros autores a considerar que *a guerra é a continuação da política por outros meios*, fórmula usada por Karl von Clausewitz<sup>3</sup> (1780-1831), general prussiano que estudou as campanhas napoleónicas e reflecte sobre a superioridade das guerras de resistência (malogro das campanhas de Portugal, Espanha e da Rússia) sobre as guerras ofensivas afinal como será claro para quem ler a *Guerra e a Paz* de Tolstoi (escrito entre 1865 e 1869), ou o longo romance *Mário, Episódios das Lutas Civis Portuguesas*, editado em 1867, do médico Silva Gaio [António de Oliveira da Silva Gaio, 1830-1870].

Se a guerra é uma mera continuação, por outros meios, da política, então o que mais **nos deve interessar será a política ou as políticas**, já que a política estará entrelaçada em toda a acção da guerra e exerce sobre ela uma influência contínua. Poderemos dizer que a guerra é um **meio da política**? Um meio dramático, exterior, de massas, crescendo até à tragédia dependente dos materiais utilizados? E não precisaremos de invocar nem os meios de “bombas atómicas” nem de “guerras bacteriológicas”, porque qualquer

---

<sup>2</sup> HERÁCLITO (c.550-480 a.C.), *Hipólito* Frag. 53.

<sup>3</sup> Karl von Clausewitz, *Da Guerra*, Ed. Europa-América, Lisboa.



exemplo da tomada de um castelo na Idade Média nos remeterá para essa dramaticidade<sup>4</sup>.

Mas melhor, talvez, como grande exemplo, recuar e ir até aos gregos, para ultrapassar esta ideia actual dos **meios materiais** pesados, sofisticados ou usados em quantidades inauditas, ou ainda dos **meios psicológicos** como forma de **atingir os fins**, porque, na verdade, na guerra o que está em causa são os fins.

Homero conta-nos que a guerra de Tróia se iniciou quando Paris, apaixonado pela beleza de Helena, mulher do rei Menelau, irmão de Agamenón, a raptou. É uma das histórias mais bonitas das grandes literaturas! Mas a *Iliada* não seria o mesmo se Homero tivesse escrito que a guerra se ficara a dever a uma competitividade entre comerciantes, que Tróia dominava o estreito dos Dardanelos por onde o Mediterrâneo comunicava com o mar Negro o que permitia o domínio das costas da Ásia menor, e lhe permitia manter um monopólio comercial como nunca antes se havia visto na História. Cada vez mais, o mundo Micénico se abria ao comércio. Os rudes e ferozes guerreiros estavam a entrar nos complexos mecanismos do comércio que iriam passar a dominar. Os micénios estavam em plena expansão comercial<sup>5</sup> e Tróia, em defesa, considerava os Dardanelos como coisa sua. Tróia tornava-se um obstáculo ao desenvolvimento e à concorrência comercial. Os micénios, sob essa pressão expansionista, colocam-se sob o comando de Agamenón para destruir Tróia. O mundo Egeu era constituído pelos portos que hoje constituem as regiões dominadas por Israel e Egipto, Turquia e Síria, num verdadeiro caldo de culturas, que se estendera com a conquista de Creta e pode ter chegado ao Atlântico.

Tróia fechava-lhes o caminho para Oriente.

Não será de estranhar que os reis micénicos tenham decidido acabar com quem os estava a prejudicar e impedia o seu anunciado percurso histórico, pois por essa época já por ali passavam todas as riquezas: cerâmicas luxuosas, metais, armas, perfumes, marfim e ouro. Afinal, a guerra é um luxo. Os pobres não fazem a guerra. E é Homero o primeiro a falar de *Micenas, a rica em ouro*<sup>6</sup>.

Os antigos guerreiros estavam a transformar-se em comerciantes, nem que tivessem que prolongar a guerra de conquista do seu espaço de influência.

---

<sup>4</sup> Será fácil relembrar toda a tragédia que foi, por exemplo, a conquista do Castelo de Lisboa aos mouros.

<sup>5</sup> As escavações arqueológicas têm vindo a provar a expansão dos artefactos micénios em regiões muito alargadas.

<sup>6</sup> A famosa máscara de ouro encontrada por Schliemann sobre o rosto de um rei de Micenas que ele, no seu entusiasmo, atribuiu a Agamenón, ainda que seja bastante anterior, justifica essa ideia.

Deveremos, pois, aceitar a finalidade económica também desta Guerra de Tróia e deste magnífico poema homérico que deliciou gerações? Claro, que entre as finalidades das guerras poderemos também entretecer outras questões para lá da economia, como a substituição no poder de grupos sociais e ideológicos, mas encontraremos sempre um fundo económico, mesmo que pareça de menor importância.

Nestas questões da guerra, no seu espaço teórico-prático, deveremos também ter em consideração uma outra questão, que é simultaneamente permanente e fluída. É a questão geo-estratégica. A geografia pode revelar-se uma situação determinante: as questões estratégicas é que se ajustam à evolução, entre as políticas, as economias, os desenvolvimentos e os meios.

Pensando desta forma, é-nos grato ir ao encontro de uma ideia<sup>7</sup> de Pietro De Marco, que nos alerta para essa questão da impossibilidade do estático. Ele relembra simplesmente a questão de Galileu: a terra move-se? Então, como queremos que a História permaneça parada?

Por isso poderemos dizer que a guerra não pertence nem ao campo das artes nem ao das ciências, mas antes pertence ao campo da vida social. É um conflito de grandes interesses que é resolvido com derramamento de sangue e só nisso é diferente dos outros<sup>8</sup>. Em vez de a comparar com qualquer arte, seria melhor assemelhá-la a uma competição de negócios, o que também é um conflito de interesse e actividades humanas, e fica ainda mais interligada com a política do Estado que também, por seu lado, pode ser considerada como uma espécie de competição de negócios em grande escala.

Galbraith também escreveu sobre a guerra, para considerar que se fosse possível travar qualquer guerra antes dela se iniciar, e aguardar, passados dez anos, certamente, o problema que estava a levar ao conflito já se teria resolvido sem que a guerra fosse mais necessária... Naturalmente que este optimismo é um absurdo histórico posto com a simplicidade com que a sintetizei... Parece verdade, no entanto, que há guerras adiadas ou eliminadas do horizonte, em que o conflito armado vai sendo substituído pela diplomacia, e que esta, a diplomacia, consegue evitar na base de soluções diferenciadas. Esta será uma das evoluções naturais e positivas das questões sociais, já que se pode analisar hoje a questão não apenas pelo lado das *causas*, dos choques de interesses, mas também se podem analisar, por antecendência, muitas das consequências e perguntar, por exemplo, não só quanto custa manter um exército, mas quanto custa não fazer reformas em tempo útil, ou quanto

---

<sup>7</sup> Emerson escreve: *Em toda a grande obra, nós reconhecemos os nossos pensamentos que rejeitámos; eles são-nos devolvidos com uma espécie de majestade estrangeira...*

<sup>8</sup> V. Juan Luis Candón. [www.cadiznet.com](http://www.cadiznet.com)



custa a reconstrução, no plano humano e outros, de todos os traumas da guerra? Podem sacrificar-se gerações em nome de que valores?

Claro que o mundo científico, filosófico, económico e militar tem colocado todas estas questões, cada vez mais interdependentes e transdisciplinares. Mas, apesar disso, a guerra deixou de ser uma constante no nosso horizonte? Hoje, como no tempo dos gregos?

A guerra...

Li há poucos dias que foram os muçulmanos que inventaram o resgate dos prisioneiros de guerra, já que depois de enterrar os mortos, *é bem mais difícil tratar dos prisioneiros*<sup>9</sup> e os prisioneiros de guerra devem ser bem tratados, como o anjo Gabriel aconselhou Maomé: estabeleceu-se então *uma lei visando os prisioneiros de guerra, que não devem ser mortos, mas pelo contrário devem ser bem tratados, alimentados e vestidos gratuitamente*. Por isso, *alguns soldados vão ao extremo de se privarem da sua própria comida, para a oferecer aos cativos*.<sup>10</sup>

Não queremos falar aqui de *guerra santa* e/ou de *guerra justa*.

Antes, deveremos, tendo em consideração o título que demos a esta reflexão, acertar que a teoria não é a prática da guerra porque nada pode ser absoluto na guerra e não há leis científicas para orientar a declaração de guerra ou a declaração da paz, nem mesmo o seu desenrolar<sup>11</sup>. A experiência da guerra é uma experiência específica. A guerra não é uma questão sobrenatural, mas é um acontecimento submetido a grandes imponderáveis, principalmente se falarmos em termos históricos e não da elaboração de planos ou de estratégias para os nossos dias<sup>12</sup>.

Há quem tenha escrito que a guerra é um jogo e, talvez por isso, se considere que não se combate sem fé. Certamente por isso não poderia haver *moderação* na guerra, o que pareceria um absurdo, já que na lógica da guerra ela deveria terminar pela derrota total de um dos contendores e, consequentemente, o outro contendor ou o seu grupo ou nação deveriam ser absolutamente vitoriosos. Esta a maior tragédia da guerra, dentro de uma certa teoria

---

<sup>9</sup> Virgil Gherghiu, *A vida de Maomé*, Edições 70, Lisboa, 2002, p.220. A 1.<sup>a</sup> ed., Editions du Rocher, é de 1970, só recentemente traduzida em Portugal. O autor, romeno, escreveu *A 25.<sup>a</sup> hora*, como denúncia da guerra de 1939-45.

<sup>10</sup> *Idem*, p. 221. Não deveremos esquecer, na sequência da obra referida, que o resgate se podia traduzir por somas altíssimas, aliás como alguns portugueses vieram a ter que se sujeitar, por exemplo, na sequência da batalha de Alcácerquibir quase mil anos depois do nascimento dos islão.

<sup>11</sup> Leia-se mais uma vez Tolstoi, quando ele coloca Napoleão a assistir à guerra que ele desencadeou (?), mas que tem a convicção de, no teatro de guerra, não poder controlar.

<sup>12</sup> Há quem considere que a guerra é um jogo... Sendo assim, quem pode prever o desfecho da guerra por antecendência?

e de uma certa prática. Vitória e derrota foram sinónimos de vida ou de morte. Quando, de forma atenuada, mas tendencial, a guerra deixou de ser total, entre a questão dos prisioneiros e das diplomacias (declarações de paz, amnistias, tratados, etc.) e se deixou de parte a morte física do derrotado, manteve-lhe a morte política, o ostracismo, o exílio, a dependência, a perda de direitos. Estes aspectos, constantemente revistos e re-elaborados filosoficamente, principalmente no que toca às guerras civis, foram grandemente atenuados em torno dos conceitos de democracia, que foram deixando o **teatro de guerra** pela opção do **teatro da discussão**, quando as ideias e as palavras puderam ser avaliadas no jogo político e no plano do sufrágio, no entendimento de que deverão cohabitar maiorias e minorias na base de regras previamente aceites e dignificadas através de leis legítimas e justas.

Agora que nos situamos na problemática, talvez possamos dirigir-nos para um muito sintético percurso a fazer através da História de Portugal.

## II

### **Recuemos até às questões de soberania e de liberdade.**

Foram os **reis**, há mil anos atrás, que defenderam estas questões para a nação que estava a nascer? Foram os reis, os monges, o povo, os cavaleiros, os papas, como árbitros, os mesteiros, os jurisconsultos, e **foram também as rainhas**. Como neste espaço que nos foi reservado não podemos falar de tudo, vamos ficar-nos pelas **rainhas** – e não iremos fazer uma análise nem de estudos de género, nem de defesas de feminismos. É que a História de Portugal ainda deve ser feita assim, numa separação entre o tudo ou o nada. Quando se tem de escrever, por exemplo, sobre **minorias**, não conseguimos inseri-las no contexto histórico e problemático da evolução, porque esses estudos ainda são limitados e não permitem ultrapassar abordagens totalizantes. Assim, se estudamos judeus, falaremos apenas dos judeus na História de Portugal, isolando-os nos guetos que vamos inventando também nos livros, nas exposições ou nas conferências. Trataremos de forma semelhante os árabes, os escravos, os estrangeiros e até os estrangeirados, os ciganos, os negros, os deficientes, os emigrados e os exilados, as elites e os marginais, os polícias e os ladrões... Isto é, ou os referimos exaustivamente, ou os ignoramos totalmente, escrevendo uma História em que a sua ausência é penalizante, como se todos eles e todos os outros não fizessem parte do conjunto do tecido social e como se o tecido social não fosse outro e diferente se esses grupos não existissem! Também aqui gostava de deixar um reparo ao título destes Encontros. Já depois de receber o folheto com o título das comunicações, verifiquei que quase todas terão a dupla componente, como uma moeda com verso e reverso, falando de guerra e de paz. Uma é dependente da outra



ou é, pelo menos o seu referente. Não se pode falar de tudo, mas neste caso, e tratando-se de uma tarefa “colectiva” será impossível não valorizar os dois conceitos e a sua contextualização. Na mesma linha de actuação, temos ignorado<sup>13</sup> a inserção das rainhas no domínio da História Política, que o mesmo será dizer, estão isoladas das questões da guerra e da paz, da soberania e da liberdade. Por isso resolvi trazer aqui algumas notas de uma investigação em curso sobre **Rainhas de Portugal Reféns da Diplomacia**, isto é, as rainhas entre a guerra e a paz.

### III

1. De forma sucinta relembremos D. Teresa (c.1092-1130), ou Tareja (que soa mais a longuras do tempo). Viveu 38 anos. Era filha ilegítima de Afonso VI de Leão e de Ximena Nunes ou Moniz.

D. Teresa e D. Henrique de Borgonha foram Condes do Condado Portucalense, por dote da princesa. Porque é que D. Teresa não foi a 1.<sup>a</sup> rainha de Portugal? As coisas políticas e de ocupação militar não se passavam apenas no pequeno espaço portucalense. Havia terras e cidades a conquistar e partilhas ou parcerias a estabelecer. Por isso, em pé de igualdade ou mesmo de superioridade, aparece D. Urraca, irmã de Teresa e entre elas vão desenrolar-se guerras tremendas, juras, tratados e traições, denúncias de crimes como ameaças de envenenamento.

Nada que Shakespeare não nos tenha contado!

A região de Portugal continuou a ser considerada um prolongamento da Galiza – subordinada a Leão e Castela e a um tal Afonso Raimundes, mas algum poder D. Teresa devia deter porque aparecem documentos assinados por ela como “rainha”. O que estava em causa? Por 1120 D. Urraca fez mais uma investida em Portugal – tinha D. Teresa 28 anos e estava viúva havia 8 anos. Pelo meio aparece Fernando Perez de Trava. E por entre nomes e datas será suficiente fixar que estava aberto o conflito. Conflito entre quem?

Se “brincarmos aos polícias e ladrões”, veremos a quem servia o crime – e no terreno, outra vez, vamos encontrar D. Teresa ao lado do seu homem de armas, contra o infante, isto é, contra o filho, que entretanto ia organizando o seu próprio grupo **ou, de outra forma**, um grupo, dito português, organizou-se e tomou Afonso Henriques como bandeira. Porque é que no meio deste conflito não podemos ver as coisas de forma simples, isto é:

---

<sup>13</sup> Com excepções, talvez, se pensarmos nos “*Rostos de Eva*”, estudos em curso na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, e outros “Estudos de Género” anunciados em mestrados de outras Universidades.

– D. Teresa, filha de rei, recebeu Portugal como dote, que partilhou com o marido.

– Morto este, porque *ela* não foi rainha? Ou foi, e o inimigo do infante (o Conde Pedro de Trava) passou a ser o *amigo* da mãe, colocando-se frente a frente como rivais perante a conquista do poder?

Seria interessante que na literatura galaico-portuguesa viessemos a encontrar o contra-ponto para português das poesias que os trovadores cantavam sobre D. Urraca:

*Amores tem a Reinã  
D'amores está enmeigada,  
Non direi quem sea o meigo;  
Pera ... Lara, lara-lara...  
Lara, Lara!*<sup>14</sup>

D. Teresa movimentou-se entre as armas e a diplomacia, e deve ter perdido nos dois terrenos. No horizonte desenhava-se uma das leis da monarquia: ao pai sucede o filho, o que, para o caso português não deixava de ser um artifício porque o dote fora dado a D. Teresa e ela ainda era viva e mais, lutara pelos seus direitos, como Urraca. Mais tarde vai aparecer a figura do ou da “Regente”, a personalidade que governará na menoridade do previsível rei. Neste caso, nem essa solução foi equacionada, ou terá sido mal usada, talvez a favor de interesses imediatos. E aqui, se ainda temos receio de falar absolutamente de questões económicas, poderemos pôr a questão nos termos de que se falou atrás, e que poderia certamente ter a ver com grupos político-militares novos e emergentes que substituíam grupos políticos a submergir. A batalha de S. Mamede, fixada a 25 de Julho de 1127, deixou o terreno aberto a Afonso Henriques. Foi a guerra (e o milagre) que o entronizaram. Ele herdara e vai desenvolver um projecto internacional: a reconquista cristã. D. Teresa sai de cena.

Neste tempo simultâneamente de correrias militares, violências e espírito de cruzada, quando às Infantas lhes eram concedidos grandes territórios para a construção de conventos – na dupla solução de as afastarem da vida político-sucessória e de as manterem ocupadas com tarefas importantes – nessa época em que o cristianismo procurava re-ocupar um espaço geográfico e um espaço nas consciências, a figura da mulher-rainha aparece dividida

---

<sup>14</sup> Maria Jesús Fuente, *Reinas Medievales en los Reinos Hispánicos*, La esfera de los libros, Madrid, 2003, p. 169. Juntaremos ainda um pormenor, talvez mais uma pequena história de alcova, mas a História das mulheres passou por aí: uma filha do Conde de Lara, Teresa, neta do Conde de Trava, irá casar com D. Sancho I de Portugal.



entre a ideia de Nossa Senhora, mãe de Deus e Virgem Maria e a prática de um poder que é entronizado pelo braço militar, sancionado pelo braço religioso<sup>15</sup>.

A complicar um pouco a síntese de todas estas correntes e forças em presença deveremos, talvez, ter a percepção de que aquilo que se estava a passar nesta região da Península **era alguma coisa de novo**, talvez uma revolução sem revolução, mas que continha em si mesma todas as hipóteses de sucessivos golpes de estado, traições, interesses pessoais e de famílias ou grupos. E, no limite, qualquer um poderia ser rei... ou, pelo menos, amante da rainha, marido ou não, mas isso lhe dava a aproximação ao poder a par da circunstância de oferecer a esse poder a força da sua espada? O tempo da “cavalaria medieval” não é também isto? ... até porque o rei podia ser tratado por **Príncipe**, isto é, o primeiro entre iguais. E não se é o primeiro por muito tempo – a menos que se faça nascer a ideia de reino, de rei, de monarquia, de leis e de leis tradicionais que algum dia devem ter começado para proteger e defender quem as criou. Era a ideia de soberania que se ia impor. E a soberania tinha a ver com liberdade, isto é, independência e autonomia perante os outros reinos da Península. Por isso, a ter um suserano, Afonso Henriques prefere ser vassalo do Papa, que está longe e junto do qual poderá sempre encontrar algumas forças de influência a seu favor.

Era **essa coisa nova** que estava a nascer para que se viesse a falar do **Reino de Portugal** como se falava de Leão, Aragão ou Castela, onde *coisas* semelhantes já se tinham passado.

2. Cinquenta anos mais tarde vamos encontrar outra Teresa na História de Portugal. Filha primogénita de D. Sancho I de Portugal casou com o primo Afonso IX de Leão (1188 – 1230), por seu lado sobrinho de Sancho. Parecia um casamento oficial e promovido pela diplomacia a que se juntava o amor entre os noivos. Mas nada era demasiado simples para os príncipes. Uma aliança *exagerada* entre Portugal e Leão, não deixou descansado a Afonso VIII de Castela, que usou a sua influência junto do Papa para que este dissolvesse aquele casamento, invocando o grau de parentesco (que a essa época oscilou entre o 8.º e o 4.º grau de consanguinidade). Os pais dos noivos reagiram e não aceitaram a decisão papal. O Papa usou o estratagema da excomunhão e interditou o reino de Leão. Esta solução drástica trazia enormes consequências: não só todo o povo ficava isolado dos “bens espirituais” da Igreja, como, por arrastamento, concedia o direito de revolta dos

---

<sup>15</sup> *Reinas Medievales*, ob. cit., p.163,164: *O matrimonio de um rei ou uma rainha tinha que ser aceite pelos magnatas do reino reunidos na curia ou conselho real e para aprovar o matrimónio de Urraca reuniu-se a corte em Leão em Julho de 1109.*

vassallos e mesmo de conquista por parte de estrangeiros. O que restava, como solução, ao rei de Leão, Afonso IX?

– A solução fácil: repudiou a mulher, a rainha, a princesa Teresa. O pai desta, decidiu, por sua vez, vingar a afronta feita à filha, e preparou-se para a guerra. Mas a guerra trouxe dificuldades e fomes e o rei povoador acabou por fazer as pazes – até porque Afonso IX já se tinha casado com a filha do rei de Castela, Berenguela, que será avó de Afonso X, o sábio (1252-1284) este, por sua vez, avô de D. Dinis de Portugal.

– Quanto a D. Teresa, regressada a Portugal, o pai concedeu-lhe o senhorio de Montemor-o-Velho e Esgueira.

Para lá da *história dos amores reais*, o que nos sobra de análise nas relações diplomáticas? Parece tudo dançar em torno da paz e da guerra. Paz ou guerra entre familiares e parentes, paz ou guerra entre vassallos mais ou menos mercenários que escolhem a bandeira a seguir de acordo com promessas e interesses. Guerras entre os bispos e o monarca. Guerras diplomáticas com o papado. E estes interesses e essas promessas podiam desenhar-se através da diplomacia que ia fazendo reféns, na procura de alianças. E D. Sancho deixou uma notável obra diplomática:

– O seu filho que há-de ser rei de Portugal com o nome de Afonso II, o gordo, era filho de D. Urraca, filha de Afonso VIII de Castela. D. Sancho, à hora da morte, era cunhado do leonês e genro do castelhano.

– Outro filho, Pedro, foi conde de Urgel;

– Outro, Fernando, foi conde de Flandres;

– Outro, Sancho, monge, foi beatificado;

– Outra filha, Berengaria, casou com Waldemar da Dinamarca;

– E Branca foi Senhora de Guadalupe em Castela. As princesas que viveram em Portugal tiveram generosas heranças, ainda que mais tarde contestadas pelo rei, seu irmão, Afonso II. Mas a diplomacia começava a viajar para lá dos Pirinéus.

D. Sancho, que tem estátua na Guarda, e ficou conhecido como o Povoador, iniciou a centralização do poder, não apenas na sua pessoa, mas na sua família, contemplando todos os filhos e filhas com pedaços da terra portuguesa, substituindo a ideia de cavalaria pela ideia de burguesia. E os burgueses do Porto começam a ter um estatuto importante para o desenvolvimento da cidade e do reino. Em breve se vão afirmar nas questões económicas com tratados internacionais, tanto através do apoio obtido pelas diplomacias régias e centralizadas, como através da autonomia que lhes advinha do *know how* da marinharia e de outras artes.

3. A questão da propriedade passou a ser tão ou mais conflituosa que a questão da diplomacia e da guerra, já que nos permite detectar o percurso de



famílias e de nomes próprios e apelidos que se mantêm próximos do poder ao longo de 100 anos.

Ao tempo de Sancho II (entre 1223 e 1247) poderemos acompanhar o grande amor do rei e que, exactamente, foi contestado por a amada não ser de sangue real. Dizem as crónicas que era, mais do que linda, tentadora, D. Mécia Lopes do Haro, filha do poderoso senhor biscainho Lopo Dias de Haro, conhecido como o “Cabeça Brava”, e de sua mulher, D. Urraca Afonso, filha natural de Afonso IX de Leão.

D. Mécia já fora casada e tivera uma vida aventureira, participando na guerra e vestindo armadura para se defender e atacar os infiéis. D. Sancho estava apaixonado, mas era grande a oposição a esse casamento, tanto da corte, como do povo.

Estes *amores contrariados* podem ter tido tanta importância para os cotejarmos a par de outros acontecimentos que se vão desenrolar ao longo de todo o reinado? De acordo com o nosso tema, não devemos ir por outros caminhos, apenas devemos olhar a sinalização e regressar às rainhas, assim que possível e contextualizar.

O rei Afonso II de Portugal tinha morrido excomungado e o seu sucessor, Sancho II, tinha apenas 13 anos nessa época. O clero aproveitara essa situação para aumentar as suas prerrogativas. Os impostos tornaram-se mais gravosos. O jovem rei continuava a conquista, que chegava ao Algarve. A par nascia a oposição ao rei. O conflito alargava-se, já que o reino devia reformular a sua orientação político-militar, uma vez que a conquista aos mouros estava quase alcançada. Entre burgueses, clero e nobreza militar, mais ou menos desempregada, aprofundava-se o conflito. Tanto que o irmão do rei, futuro Afonso III, residia em Paris, cercado de uma corte, talvez de “exilados”, que procuravam o “regresso”.

A morte do Papa Gregório IX revelou também profundos conflitos para a sucessão. O primeiro a ser eleito, com o nome de Calixto IV, morreu poucos dias depois de ter sido investido. Falou-se de envenenamento... Depois foi eleito Inocêncio IV, cardeal italiano, mas que fugiu de Roma, colocando-se sob a protecção do imperador da Alemanha, na cidade de Leão, onde acabou por decorrer um concílio. O clero português aí apresentou as suas queixas contra Sancho II. Motivo de peso era o casamento do rei com D. Mécia. A soberana era chamada de “feiticeira”. A oposição, partindo da família e do clero, alargava-se.

Afonso III saltava para a ribalta da política e entrava em Portugal, como o **Bolonhês**. Em Paris fizera promessas ao clero, que o apoiava. Sancho II foi deposto e D. Mécia abandonou-o. Por seu lado, a Afonso III foi-lhe imposto o casamento com D. Beatriz, filha ilegítima de Afonso X de Castela e Leão.

D. Matilde, a condessa de Bolonha, e rainha traída, dirigiu-se a Portugal<sup>16</sup> e foi junto do Papa Alexandre IV, pedindo justiça...

O casamento com D. Beatriz não tinha sido consumado, porque a noiva era ainda uma criança e o assunto ficou suspenso até à morte da condessa<sup>17</sup> (1258).

Foram convocadas as célebres cortes de Leiria (1254) e o rei fez uma inversão relativamente às suas promessas ao clero, reconhecendo a necessidade de atender a uma sociedade nova que se esforçava por se desenvolver. Os concelhos, os “homens-bons” e os representantes dos povos eram alguma coisa a ter em atenção. E tanto que o reino voltou a ser interditado, ainda que o grande pretexto fosse o casamento do rei. O casamento com D. Beatriz que acabou por se consumir. Dele nasceu D. Dinis e uma paz humanista, científica e tecnológica que encerra e inicia um outro capítulo na História de Portugal, embora **as rainhas continuem a ser reféns da diplomacia** e directamente participantes na guerra, com todo o tipo de armas.

Poderíamos (e parece-me que o irei fazer em outro momento<sup>18</sup>) continuar com este relativo pormenor a seguir as rainhas de Portugal nessa linha que anunciamos. Mas o projecto está em curso e aqui não deveremos gastar mais tempo. Por agora devemos dar um salto até os séculos XVIII e XIX – perseguindo aquelas rainhas que o foram já em nome próprio e não apenas como esposas, amantes ou “feiticeiras”.

#### **4. D. Maria I reinou à morte de D. José, a partir de 1777 até 1816.**

Mas a nossa história deve começar um pouco antes: D. Maria nasceu em 1734 – portanto tinha 21 anos ao tempo do grande terramoto (1755) e um pouco mais ao tempo do grande processo dos Távoras. A prisão dos Marqueses de Alorna não lhe pode ter sido indiferente e saberia do crescimento intelectual de Alcipe e da irmã, como mais tarde há-de conhecer as notícias da Revolução Francesa.

Casou em 1760 com seu tio, D. Pedro, irmão de D. José. Tinha 26 anos, isto é, devia sentir-se *velhíssima* por ainda não lhe terem arranjado marido..., a pesar de Princesa da Beira e Princesa do Brasil!

---

<sup>16</sup> A. de Magalhães Basto, *CRÓNICA DE CINCO REIS DE PORTUGAL, INEDITO QUATROCEN-TISTA REPRODUZINDO DO CÓD. 886 DA BIBLIOTECA PÚBL. MUNICIPAL DO PÔRTO; SEGUIDO DE CAPÍTULOS INÉDITOS DA VERSÃO PORTUGUESA DA CRÓNICA GERAL DE ESPANHA E OUTROS TEXTOS*, edição diplomática e prólogo de, Biblioteca Histórica – Série Régia – Livraria Civilização – Editora, Porto, 1945, p. 199.

<sup>17</sup> *Idem*, p. 200.

<sup>18</sup> Esta comunicação corresponde a uma síntese de um trabalho mais vasto em elaboração.



Filha única, devia simplesmente ser rainha. Mas devia também cumprir a obrigação de assegurar a descendência do trono. Ou poderia ser feito de outra forma?

Primeiro era preciso, efectivamente, casar a Princesa. Depois era preciso que ela tivesse filhos. E ela teve-os: D. José e D. João. Era suficiente, mesmo que se cumprisse a *maldição* que anunciava a morte do filho primogénito da casa real. Como aconteceu.

D. José nasceu em 1761. Foi educado por D. Frei Manuel do Cenáculo e outros mestres da confiança de Pombal. Morreu em 1777. D. João, que foi rei, nasceu em 1767.

Os Príncipes viveram retirados em Queluz, talvez propositadamente afastados dos problemas políticos, admitindo-se que o Marquês de Pombal imaginava outras soluções para a sucessão do trono de D. José, levando D. Maria a renunciar ou fazendo com que o rei abdicasse no neto, D. José, que estava a ser *educado para rei*. Numa outra situação menos drástica, talvez fosse possível associar no governo mãe e filho, como estava a acontecer no império austro-húngaro. Estas negociações, ou simples hipóteses, não chegaram a nenhum porto, talvez apenas tenham aprofundado as inimizades (?) entre a futura rainha e o Marquês de Pombal.

Depois a História escreveu-se como todos sabemos, e só nos resta questionar porque é que Pombal não queria D. Maria como rainha, ou, pelo menos, não a queria sozinha? Naturalmente que qualquer resposta terá de ser complexa, mas numa aproximação à verdade, talvez que Pombal (e talvez D. José) mantivessem alguma relutância em coroar uma mulher... Por outro lado, talvez que essa mulher estivesse ligada política e psicologicamente a ideias tradicionalistas e a personagens *do passado*, isto é, longe do grande movimento das *Luzes* que varria a Europa. Certamente, D. Maria não tinha um *projecto de governo*...

Talvez que através do jovem Príncipe D. José, podia pensar o válido e o rei, a política do Marquês fosse continuada – sem os medos da *viradeira* que se suspeitava estar a espreitar.

Então esse *projecto* de isolar D. Maria foi esquecido. E foi esquecido até 1792. D. Maria tinha então 58 anos. O Príncipe D. João tinha 25, isto é, tinha atingido a maioridade. Então parecia chegada a ocasião de ocupar o trono. O que não foi fácil, apesar da rainha ser viúva desde 1786 e de ter perdido o filho mais velho – o que lhe terá causado grande desgosto, como será fácil entender. No entanto, parece-me, de desgosto a demência vai uma grande distância. D. João foi entrando na governação *activa*. E sete anos depois insiste em ser Regente. Estava-se em 1799. A crise francesa e a morte de Maria Antonieta eram motivos acrescidos para reforçar a ideia das doenças da rainha e dos seus medos. Mas se ela estava louca, de que ia ter medo, ou que capacidade teria para se aperceber das dificuldades da governação?



De todas as formas, fizeram vir uma dúzia de médicos ingleses para atestarem as debilidades da rainha. Não foram médicos a mais?

A diplomacia inglesa e a portuguesa estavam já a negociar a questão do Brasil. A França estava em vésperas de obter a boa vontade do Papa, que não só assina tratados, mas vai a Paris (1804) para a coroação de Napoleão. O mundo e a diplomacia, no pós-revolução francesa voltavam a definir regiões de influência. A questão geo-estratégica voltava à ordem do dia.

Na História de Portugal havia um grande e alargado conhecimento de golpes de estado, entre irmãos e entre sucessores ao trono numa condução diplomática que conduzia os destinos dos Príncipes e dos países entre a guerra e a paz, os blocos de influência geo-estratégica e as escolhas ou selecções de aproximações ou rejeições ideológicas.

A reflexão e a investigação que venho fazendo sobre esta questão podem encaminhar-nos para outros horizontes na base das soluções apontadas pelo Regente D. João, que havia de pretender estabelecer pontes entre as periferias da Europa, isolando-se ou preterindo o centro decisório que se adivinhava e se impunha através da França revolucionária.

**6. D. Maria II** – O que pode parecer ainda mais interessante nesta sequencial história sobre as rainhas de Portugal, é que não precisamos de *pescar* esta ou aquela mulher, para desenvolver o nosso raciocínio. Ao contrário, ele é acalentado seja qual seja o ponto de onde se parta. Na primeira parte desta exposição, seguiu-se um percurso cronológico. Saltando para o Século XVIII e XIX, detivemo-nos nas duas rainhas que existiram e nos respondem da mesma forma: sempre como reféns da diplomacia, entre a guerra e a paz, se não como rejeitadas ou como “feiticeiras”.

Vejamos, então, muito sucintamente a questão pela mão de D. Maria II, que nasceu no Brasil em 1819, foi casada duas vezes e morreu em Lisboa vítima do seu décimo primeiro parto, quando contava 34 anos.

D. Maria tinha apenas 7 anos quando D. Pedro, imperador do Brasil, abdicou nela a coroa de Portugal. Ao mesmo tempo foi prometida em casamento a seu tio D. Miguel – afinal um casamento que não passou dos papeis diplomáticos.

Em 1828, com nove anos, embarcou no Brasil para se dirigir a Viena de Áustria. Porquê Viena? Para aí se encontrar com seu tio, com quem casara por procuração em 1826. Mas não chegou a chegar a Viena porque entretanto D. Miguel recebera o cargo de Lugar-Tenente, por nomeação de D. Pedro, e partira para Portugal. Ao chegar a Lisboa usa medidas legais, ilegais e ilegítimas para se proclamar rei absoluto.

A Princesa, surpreendida durante a viagem, rumou a Inglaterra. Foi recebida por Jorge IV como uma criança que era. E regressa ao Brasil acom-



panhada por uma mulher lindíssima que vai ser sua madrasta e cunhada por afinidade, já que era irmã do seu futuro marido.

No Brasil fica até 1831, para chegar a Portugal com o pai, que vinha lutar para lhe restituir a coroa. Foi proclamada rainha com 15 anos. Teve o primeiro filho, do 2.º casamento, aos 18 anos. E no Conselho de Estado, dizem alguns cronistas, tinha mau feitio! Mas foi ela a protagonista da viragem em Portugal do sistema de *rei absoluto de direito divino* para a monarquia constitucional.

Antes de D. Miguel chegar a Portugal, outra princesa, Isabel Maria, ocupara sucessivamente o cargo de Presidente da Regência, por morte e ainda nomeação de D. João VI, e depois o cargo de Regente, por determinação de D. Pedro, enquanto D. Maria II não atingisse a maioridade.

**7. Também a paz é um jogo!** Podemos pensar que a paz é um jogo e, talvez por isso, se considere que não se combate a favor da paz sem fé. Certamente por isso deveria haver *moderação* na paz, o que pareceria um absurdo, já que na lógica da paz que o liberalismo e o constitucionalismo prometiam se entendia a paz como a felicidade e não como a tragédia.

A paz tinha sido anunciada através da Carta Constitucional de 1826 outorgada por D. Pedro. Depois da crise de 1820, da Constituição de 1822, da Independência do Brasil, da Vilafrancada e da Abrilada, depois da morte do rei, como estava a casa portuguesa?

D. Pedro, de longe, tenta a pacificação e envia, do Brasil, pela mão de um diplomata inglês, a Carta Constitucional.

Com a Carta chegou o tempo de preparar a guerra!

Entre 1826 e 1828 foi um tempo de enganos. Apaixonante para o historiador que, aqui, apenas tem tempo para deixar a questão:

*– Onde se encontram razões para a rejeição da moderada Carta de 1826? Podemos admitir que o que se rejeitava não era a Constituição? Era a ideia de constituição? Era o constitucionalismo<sup>19</sup>?*

*D. Pedro outorgou a Carta Constitucional e entregou o governo de Portugal à Regente Isabel Maria e depois ao seu Lugar-Tenente D. Miguel, acabando por abdicar incondicionalmente. A Carta, a par de algum entusiasmo, fora mal recebida, mal aceite e mal jurada. Deixou de ter existência política depois de D. Miguel ter dissolvido as Cortes e convocado Cortes à moda antiga. Depois da belfastada, a Carta deixou de ter existên-*

---

<sup>19</sup> Maria Helena Carvalho dos Santos, *A Guerra dos Dois Irmãos – a 2.ª experiência constitucional portuguesa (1826-1828) – Estudos de História Cultural e Política*, SPESXVIII, Lisboa, 2000, p. 4.

*cia ética. Belfastada é o episódio trágico da segunda experiência constitucional portuguesa. Trata-se da fuga para Inglaterra, no barco Belfast, dos liberais apoiantes de D. Pedro e da Carta que não se puderam entender entre si nem conseguiram apoiar os militares que por eles combatiam*<sup>20</sup>.

No terreno recuperavam-se as correrias militares de dois exércitos em guerra. Era outra vez uma guerra entre dois príncipes. Eles eram irmãos.

*E o insólito parecia acontecer. O exército de D. Miguel transformava-se numa cruzada, uma vez que os soldados não queriam receber o Pret [pagamento] e se contentavam que lhes dessem de comer*<sup>21</sup>.

Entre os dois irmãos surgem duas mulheres, isto é, uma terceira ou mesmo uma quarta solução para a crise inicial do liberalismo português. D. Maria da Glória, rainha que ficou conhecida como Maria II. A outra foi a princesa Isabel Maria, irmã de Pedro e Miguel. As leis sucessórias da monarquia e a moral vigente não permitiram que ela passasse de Regente a Rainha. Talvez ela, apoiando-se na diplomacia, pudesse evitar a guerra civil. Mas isso não quiseram nem os homens, nem a lei.

---

<sup>20</sup> *Idem*, p. 431.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 408.